

EDITAL Nº 003/2021

| | |
|---|--|
| PROCESSO Nº | 51402.224128/2018-11 |
| MODALIDADE: | PREGÃO ELETRÔNICO |
| CRITÉRIO DE JULGAMENTO (itens / grupos) | MENOR VALOR GLOBAL POR GRUPO E POR ITEM |
| REGIME DE EXECUÇÃO | INDIRETA POR PREÇO UNITÁRIO |
| ABERTURA | 04/02/2021 |
| DESCRIÇÃO RESUMIDA DO OBJETO | Contratação de Fábrica de Software |
| VALOR ESTIMADO TOTAL: | R\$ 7.053.402,96 (Sete milhões, cinquenta e três mil, quatrocentos e dois reais e noventa e seis centavos) |
| EMPRESA: | SUPERA SOLUCOES INTEGRADAS LTDA |
| CNPJ: | 04.296.845/0001-27 |

| ITEM | REQUISITO | ATENDIMENTO (Sim / Não / Não de aplica) |
|--------|--|---|
| 6. | CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO | |
| 6.1 | Ramo de atividade seja compatível com o objeto. | SIM 6209-1/00 - suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação; 6201-5/01 - desenvolvimento de programas de computador 6204-0/00 - consultoria em tecnologia da informação |
| 6.2 | Enquadramento da ME/EPP, o Pregoeiro consultará o portal da Transparência do Governo Federal (www.portaldatransparencia.gov.br), para verificar se o total dos valores recebidos no exercício anterior, extrapola o limite de R\$ 4.800.000,00 consulta também abrangerá o exercício corrente ocorrência de qualquer das situações que extrapolem o limite legal, o Pregoeiro indeferirá a aplicação do tratamento diferenciado em favor do licitante, conforme artigo 3º, §§ 9º-A, 10 e 12, da Lei Complementar 123/2006. | SIM , Portal da transparência Valores recebidos: R\$ 803.993,82. Certidão emitida em 04/02/2021. |
| 6.3.1. | Não esteja reunido sob a forma de consórcio. | SIM. |
| 6.3.2. | Não tenha sofrido decretação de falência | SIM. Certidão emitida pelo tribunal de justiça do Estado de Goiás em 15/01/2021 |
| 6.3.3. | Recuperação judicial ou extrajudicial e não apresente Plano de Recuperação aprovado e homologado judicialmente e com a recuperação já deferida, conforme Parecer Nº 04/2015/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU. O pregoeiro submeterá o Plano de Recuperação e/ou qualquer outro documento encaminhado para fins de comprovação ou justificativa à Assessoria Jurídica para análise e Parecer. | SIM. Certidão emitida pelo tribunal de justiça do Estado de Goiás em 15/01/2021 |
| 6.3.4. | Declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública ou com qualquer de seus órgãos descentralizados, nos termos do artigo 7º da Lei 10.520/2002, e do art. 38 da Lei 13.303/2016, conforme consulta nos seguintes cadastros: a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS; b) Certidão Negativa de Inidôneos emitida pelo Tribunal de Contas da União – CNI/TCU; c) Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF; d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de | Consultas: CEIS: SIM Emitida em 04/02/2021 CNI/TCU: SIM Emitida em 04/02/2021 SICAF: SIM Emitida em 04/02/2021 CNJ: SIM Emitida em |

| ITEM | REQUISITO | ATENDIMENTO (Sim / Não / Não de aplica) |
|--------------|---|--|
| | <p>Improbidade Administrativa do Conselho Nacional de Justiça.</p> <p>7.3.4.1 Caso conste em qualquer dos cadastros acima referenciados as situações descritas nos subitens 7.3.4 ou 7.3.5, na data da abertura da licitação, e na data da realização da convocação da licitante, conforme registrado na Ata, a licitante será desclassificada por falta de condição de participação.</p> <p>7.3.5. Esteja cumprindo a penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimentos de contratar com a Administração (Acórdão 2081/2014 – Plenário/TCU). Será considerado o âmbito de abrangência da penalidade, desde que devidamente registrado nos cadastros acima indicados.</p> | <p>04/02/2021</p> <p>7.3.4.1. NA</p> <p>7.3.5. NA</p> |
| 10. | PROPOSTA DE PREÇOS | |
| 10.1. | <p>a) A proposta vencedora deverá ser emitida em documento timbrado que identifique o licitante, sem emendas, rasuras ou entrelinhas. A proposta deverá estar datada e assinada por seu Representante Legal ou Procurador, com indicação de número da cédula de identidade, órgão emissor, número de CPF e o cargo por ele ocupado na empresa e, além do previsto nos subitens 16.1.3. a 16.1.5. do Anexo I – Termo de Referência, ainda deverá conter: O número do Pregão Eletrônico, data e hora da sua realização;</p> <p>b) O nome, a razão social da licitante, CNPJ, endereço, telefones, fax, endereços eletrônicos e funcionário de contato;</p> <p>c) As especificações detalhadas do(s) bem(ns)/serviço(s) ofertado(s);</p> <p>d) O prazo de validade não inferior a 120 (cento e vinte) dias, contados da data de abertura do presente Pregão Eletrônico. Caso o prazo de validade não conste da proposta, será considerada com validade de 120 (cento e vinte) dias;</p> <p>e) Documentos que contenham as características detalhadas do objeto, tais como catálogo, folhetos, “folder”, etc.</p> <p>f) O preço ofertado deverá ser expresso em REAL (R\$), limitado a 02 casas decimais, devendo ser desprezadas as demais;</p> <p>g) Para fins de cálculo das planilhas, somente serão consideradas 2 (duas) casas decimais, sendo as demais desconsideradas, não sendo permitido o arredondamento.</p> <p>h) Declaração expressa, de que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas relativas à entrega dos produtos adquiridos ou realização dos serviços nos locais discriminados no Termo de Referência, bem como de todos os tributos e encargos de qualquer natureza que, direta ou indiretamente, incidam sobre o valor do eventual fornecimento;</p> <p>i) Os dados bancários para recebimento (pagamento) em nome da licitante: Nome e número do Banco, agência e conta corrente.</p> <p>j) A planilha de preços que indique o valor unitário dos itens, bem como o valor total do(s) grupo(s) licitado(s), conforme modelo constante do Anexo VI deste Edital;</p> <p>k) Eventuais Memórias de Cálculo que se fizerem necessárias;</p> <p>l) Caso a proposta seja assinada por representante da empresa, esta deverá estar acompanhada de cópia de procuração por instrumento público e de cópia de documento de identificação do procurador.</p> <p>m) Para apresentação da proposta de preços, observar item 35. Do Anexo I – Termo de Referência.</p> <p>35.1. A licitante deverá apresentar Proposta de Preços com os requisitos exigidos no Edital e Modelo constante no ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA deste Termo de Referência.</p> | <p>a) SIM.</p> <p>b) SIM</p> <p>c) SIM.</p> <p>d) NÃO, 90 dias</p> <p>e) NA</p> <p>f) SIM: Proposta inicial cadastrada no ComprasNet R\$ 3.462.300,00</p> <p>g) SIM</p> <p>h) NÃO,</p> <p>i) SIM</p> <p>j) SIM</p> <p>k) Não se aplica</p> <p>l) Proposta assinada por Priscila da Silva Pereira, procurador.</p> <p>m) N/A</p> |

| ITEM | REQUISITO | ATENDIMENTO (Sim / Não / Não de aplica) |
|--------|---|--|
| | 35.2. Devem estar explícitos na proposta o Modelo e Marca do equipamento e a descrição de demais caracterís cas. 35.3. O prazo de validade da proposta é o constante no Edital padrão. | |
| 10.2 | A licitante deverá enviar a proposta digitalizada, devidamente assinada pelo representante da empresa e as planilhas em meio editável (excel), para fins de conferência. | SIM. |
| 10.3 | O Pregoeiro poderá, justificadamente, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das Propostas, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação. | Não se aplicou. |
| 11. | DA HABILITAÇÃO | |
| | Habilitação Jurídica | |
| 11.1.1 | I. Documento de Identificação contendo todos os dados dos responsáveis legais da proponente. II. No caso de empresário individual: Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis na Junta Comercial da respectiva sede. III. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores devidamente publicados e acompanhados de todas as alterações <u>ou</u> da consolidação respectiva. IV. No caso de sociedade simples: Inscrição do Ato Constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local da sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores. V. No caso de microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP): Certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de ME/EPP. Caso julgue necessário, o Pregoeiro Oficial poderá solicitar a Demonstração do Resultado do Exercício – DRE para fins de aferição da Receita Bruta. VI. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização. VII. Procuração por instrumento público, comprovando a delegação de poderes para assinatura e rubrica dos documentos integrantes da habilitação e propostas, quando estas não forem assinadas por diretor(es), com poderes estatutários para firmar compromisso. | I. Sim II. Não se aplica. III. Não se aplica IV. SIM. V. SIM, Sicaf VI. Não se aplica. VII. Sim, Priscila da Silva Pereira, procurador. |
| 11.1.2 | Qualificação Técnica: | |

| ITEM | REQUISITO | ATENDIMENTO (Sim / Não / Não de aplica) |
|--------|---|--|
| | <p>11.1.2. Qualificação Técnica: além das exigências contidas no subitem 16.3 do Anexo I – Termo de Referência, os licitantes deverão apresentar 1 (um) ou mais atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove(m) a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto desta licitação.</p> <p>11.1.2.1. Os atestados ou certidões deverão ser fornecidos pelos respectivos proprietários dos serviços e deverão conter:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Nome, CNPJ, endereço e o telefone da(s) entidade(s) atestante(s); 2. Nome, cargo/função, endereço, telefone e e-mail do(s) representante(s) da(s) sociedade(s) atestante(s) que vier(em) a assinar o(s) atestado(s), a fim de que a VALEC possa com ele(s) manter contato; 3. Nome e CNPJ da sociedade contratada pela(s) sociedade(s) atestante(s) para a execução do objeto atestado; 4. Descrição detalhada do objeto atestado, contendo dados que permitam a aferição de sua similaridade com o objeto licitado; 5. Período e local de execução do objeto; 6. Data da emissão do atestado; e 7. Assinatura do(s) representante(s) da(s) sociedade(s) atestante(s). <p>12.1.2.2. As informações mínimas que não estejam expressamente indicadas no atestado apresentado pelo Licitante deverão ser comprovadas por meio de documentação complementar anexada ao atestado.</p> <p>12.1.2.3. A Licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, quando solicitado, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, Notas Fiscais/Faturas, Notas de Empenho, e local em que foram prestados os serviços, sendo que estas e outras informações complementares poderão ser requeridas mediante diligência.</p> <p>10.1.2.4. Os atestados de capacidade técnico-operacional deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.</p> <p>10.1.2.5. Poderão ser apresentados atestados oriundos de contratos distintos, desde que o somatório deles atenda totalmente cada um dos requisitos exigidos.</p> <p>10.1.2.6. Nos atestados executados em consórcio, serão considerados apenas os serviços comprovados na proporção da participação da licitante na composição do consórcio.</p> | <p>11.1.2. NÃO,</p> <p>Licitante não apresentou atestado que comprove execução de serviços para o Item 3 do Grupo 1.</p> <p>Análise Da qualificação técnica realizada pela área demandante, conforme despacho 33 SEI 3708933 da GESIS.</p> |
| 11.1.3 | Qualificação Econômico-Financeira: | |
| | <p>I. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física em data não superior a 120 (cento e vinte) dias.</p> <p>II. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua</p> | <p>I. SIM. Certidão emitida pelo tribunal de justiça do Estado do Goiás em 15/01/2021</p> <p>II. SIM,</p> |

| ITEM | REQUISITO | ATENDIMENTO (Sim / Não / Não de aplica) |
|--------|---|--|
| | <p>substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.</p> <p>a) O Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, quando se tratar de Sociedade Anônima, deverão ser apresentados na forma de publicação em órgão da imprensa público ou privado de acordo com a legislação vigente.</p> <p>b) O Balanço Patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar registrados na Junta Comercial ou órgão equivalente, devidamente assinados pelo representante legal da empresa e do contador responsável, (art. 19, § 2º da IN nº 02/2010-MPOG);</p> <p>11.1.3.1 A capacidade financeira da empresa será avaliada:</p> <p>a) Por meio da seguinte fórmula indicando a capacidade de crescimento da atividade operacional da empresa, sendo o resultado da aplicação da fórmula maior que zero:</p> $SD = CCL - NIG$ $CCL = AC - PC$ $NIG = ACO - PCO$ <p>SD = Saldo Disponível CCL = Capital Circulante Líquido NIG = Necessidade de Investimento de Giro AC = Ativo Circulante PC = Passivo Circulante ACO = Ativo Circulante Operacional PCO = Passivo Circulante Operacional</p> <p>a) Cumulativamente, a proponente deverá comprovar possuir capital social ou comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.</p> <p>11.1.3.2 O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.</p> | <p>a) SIM,</p> <p>b) SIM,</p> <p>11.1.3.1. a) SIM,</p> <p>n) SIM,</p> <p>11.13.2. N/A</p> <p>Análise da habilitação econômico financeira conforme despacho 149 SEI 3711091 da GECONT.</p> |
| 11.1.4 | Regularidade Fiscal: | |
| | <p>a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;</p> <p>b) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;</p> <p>c) Certificado de Regularidade relativa ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS;</p> <p>I. Declarações constantes do Sistema Comprasnet: deverão ser preenchidas todas as declarações constantes do sistema que serão impressas pelo Pregoeiro. (Declaração Inexistência de Fatos Impeditivos: conforme anexo IV.)</p> <p>11.2. Todos os documentos apresentados para habilitação deverão ser apresentados em nome da licitante, com número do CNPJ e com o endereço respectivo.</p> <p>a) Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em seu nome;</p> <p>b) Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em</p> | <p>a)SIM: Cartão do cnpj emitido em 04/02/2021 - ativo</p> <p>b) SIM: Val. 05/02/2021</p> <p>c) SIM: Val. 18/04/2021</p> <p>I. SIM</p> <p>II. SIM</p> <p>a) MATRIZ</p> |

| ITEM | REQUISITO | ATENDIMENTO (Sim / Não / Não de aplica) |
|--------------|--|---|
| | <p>nome desta, exceto àqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz, e os atestados de capacidade técnica, que podem ser apresentados em nome e CNPJ da matriz e/ou em nome e com o CNPJ da filial.</p> <p>11.3 Caso a licitante opte por não realizar sua consulta por meio do Sistema SICAF, fica obrigada a apresentar todos os documentos que constem originalmente na consulta de habilitação parcial do SICAF, acima listados.</p> <p>11.4 A verificação pelo Pregoeiro nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.</p> <p>11.5 Toda documentação a ser encaminhada via Sistema deverá estar digitalizada diretamente do documento original ou extraída de páginas oficiais, passíveis de averiguação com o fim de dispensar a apresentação de documentação original em meio físico.</p> <p>11.6 Será exigida a comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, mesmo que esta apresente alguma restrição. Neste caso, será concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis para sua regularização, prorrogáveis por igual período, cujo termo inicial se dará no momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, consoante o artigo 43 da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.</p> <p>11.7 As certidões que não apresentarem em seu teor, data de validade previamente estabelecida pelo órgão expedidor, deverão ter sido expedidas até 120 (cento e vinte) dias antes da data da abertura das propostas.</p> | <p>b) Não se aplica</p> <p>11.3. Pregoeiro consultou todas as certidões descritas no item.</p> <p>11.4. SIM.</p> <p>11.5. SIM,.</p> <p>11.6. N/A.</p> |
| 9.37. | Exequibilidade da proposta de preços | |
| | <p>Caso julgue necessário, o Pregoeiro poderá solicitar à licitante classificada em primeiro lugar que evidencie a exequibilidade de seu lance ofertado, por meio de justificativas e documentos, os quais serão encaminhados para análise da área requisitante, a fim de que possa emitir parecer acerca da exequibilidade, caso apresentem preços global e/ou unitários simbólicos, irrisórios ou incompatíveis com os preços dos insumos e valores de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o Edital não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.</p> | <p>Não foi solicitado.</p> |

Brasília, 10 de fevereiro de 2021.

Ante o exposto, considero que a proposta apresentada juntamente com a documentação de habilitação **não** deve ser classificada e habilitada pelo não atendimento integral às exigências do Edital, uma vez que não apresentou atestado que comprove execução de serviços para o Item 3 do Grupo 1, conforme acima demonstrado e tabela em anexo, bem como nos termos das análises constantes do despacho 149 SEI 3711091 da GECONT, além do Despacho 33 SEI 3708933 da GESIS.

Hélio Ramos Ventura
Pregoeiro Oficial
Portaria nº 120, de 2020.

ANEXO

Tabela demonstrativa de atestados, conforme Despacho nº 33/2021/GESIS-VALEC/SUPTI-VALEC/DIRAF-VALEC, SEI 3708933.

| | Atestado | ABL PRIME | CNI | SEBRAE | USADOSB R | BRAINSHIP | CNI | TV Anhangueira | SVA | MAIS PVC | MINISTÉRIO DA FAZENDA | GRUPO SC | TOTAL |
|--------|-------------------------|------------|------------|------------|------------|------------|--------|----------------|------------|------------|-----------------------|------------|----------|
| | Item | 27/12/2020 | 23/09/2020 | 01/11/2018 | 29/10/2020 | 19/10/2020 | fev/19 | 22/11/2018 | 07/10/2020 | 25/10/2018 | 10/10/2018 | 12/12/2019 | |
| SUPERA | Sustentação | | 98 | 1.500 | | | 577 | | 196 | | 1400 | 8000 | 11771 |
| | Desenvolvimento | 98 | 612 | | 708 | 80 | | 2.000 | | 1.500 | | | 4.998 |
| | Atividades Projetizadas | | | | | | | | | | | | 0 |